

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1057/XII/3.^a

RECOMENDA AO GOVERNO QUE CUMPRA O ACORDO SOBRE O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO ANTES IMPEDIDO PELO MEMORANDO DA TROIKA

No dia 27 de maio de 1974, o Governo provisório de Adelino de Palma Carlos aprovou a criação do salário mínimo nacional (SMN), fixado em 3.300 escudos. Esta conquista da Revolução de abril e do primeiro 1.º de maio permitiu a centenas de milhares de trabalhadores melhorar a sua vida e sair da pobreza e da miséria em que viviam mesmo a trabalhar.

Quarenta anos depois, Portugal continua a ser um dos países com maior desigualdade salarial da União Europeia e onde existe uma maior percentagem de trabalhadores pobres ou em risco de pobreza.

Em Portugal, 11% dos trabalhadores são pobres e isso deve-se sobretudo à sistemática desvalorização do salário mínimo desde 1974. Quase meio século depois, o salário mínimo em Portugal vale menos 50 euros do que em 1974.

Em 2006, o Governo PS e as confederações sindicais e patronais acordaram em concertação social que em 2011 o SMN chegaria aos 500 euros. Esse acordo foi rasgado primeiro pelo Governo PS, que estagnou o SMN nos 485€, e depois pelo atual Governo PSD/CDS que utilizou o memorando da Troika como desculpa para não aumentar o seu valor.

Essa argumentação perdeu validade e não há quaisquer razões para adiar o que é da maior justiça. O vice-primeiro-ministro já admitiu essa possibilidade, os patrões não se opõem, os sindicatos reivindicam essa urgência, mas o Governo continua a impedir a reposição da justiça nesta matéria.

A recuperação económica do país e a justiça social não têm passado de propaganda para o Governo. O aumento do salário mínimo é uma medida real com impacto na vida de milhões de trabalhadores. Agora que o Governo festeja a saída da troika como um momento de mudança para melhor, o país reclama algum sinal disso na vida dos que aqui vivem e trabalham.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

Dê cumprimento ao acordo de concertação social que determinou o aumento do salário mínimo nacional, aumentando imediatamente o salário mínimo nacional para 545 euros.

Assembleia da República, 28 de maio de 2014.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,